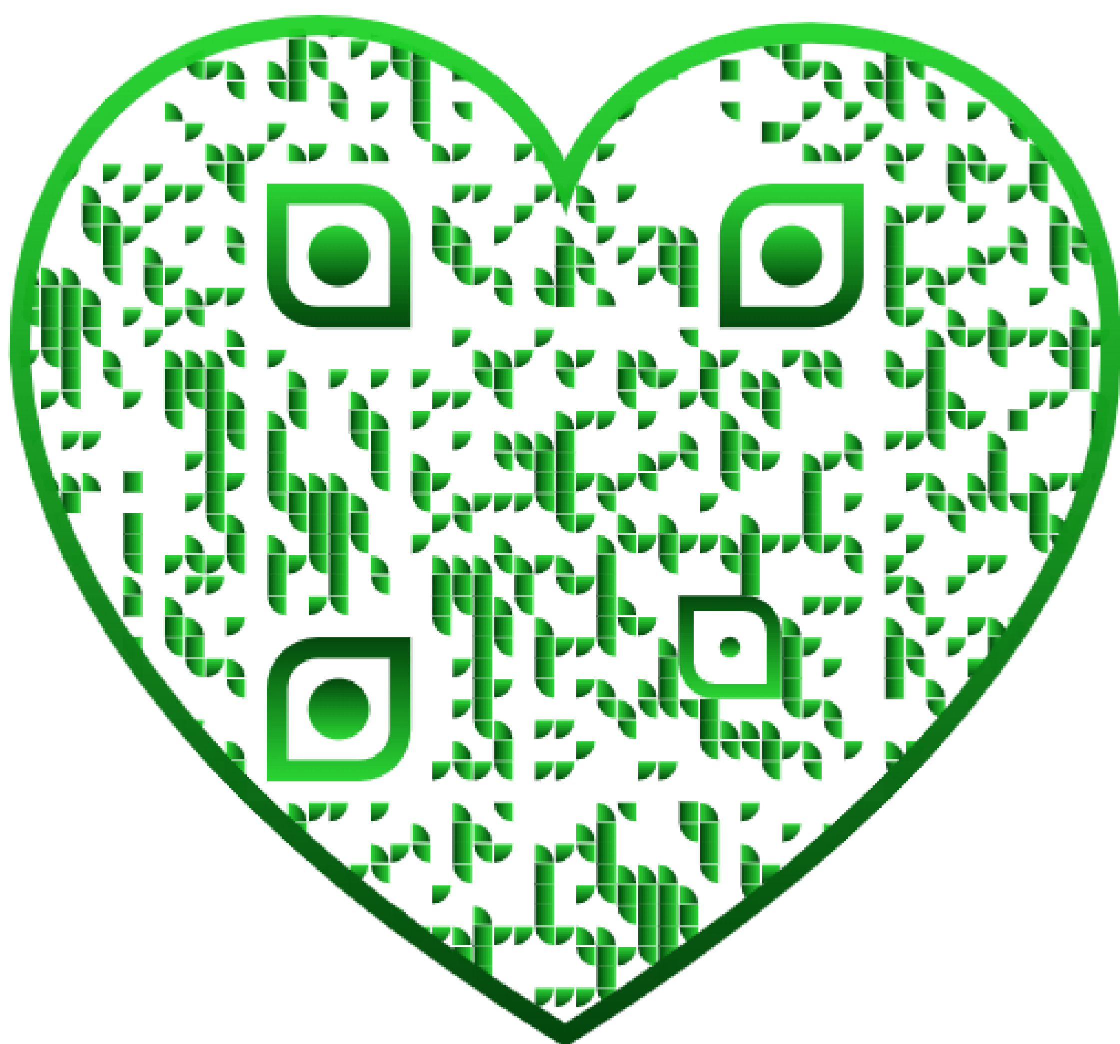
Estratégia
Concursos

Aula 22

Resumos para Concursos

Autor:

22 de Dezembro de 2023



BIZU ESTRATÉGICO REGULAR DE ECONOMIA

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Segue abaixo uma análise estatística dos assuntos mais exigidos pelas Bancas **Cebraspe, FCC e FGV**, no âmbito da disciplina de **Economia**, tomando como base os concursos realizados nos anos de 2018 a 2023:

Economia (Foram encontradas 137 questões)	
Assunto	**% de cobrança**
Déficit orçamentário e Dívida Pública	40,88%
Finanças Públicas e as funções econômicas do Estado	24,09%
Eficiência econômica e Falhas de mercado	22,63%
Conceitos Básicos	18,25%
Tributação	14,60%
Contas Nacionais	13,14%
Políticas monetária, fiscal e cambial	11,68%

Com essa análise, podemos verificar quais são os temas mais exigidos pelas principais bancas examinadoras e, por meio disso, focaremos nos principais pontos da disciplina em nossa revisão!

Economia	
Assunto	**Bizus**
Conceitos Básicos	1 a 9
Déficit e Dívida Pública	10 a 14
Finanças Públicas e Políticas alocativas, distributivas e de estabilização	15 a 21
Eficiência econômica e Falhas de mercado	22 a 26
Tributação	27 a 34
Políticas Fiscal, Monetária e Cambial	35 a 43
Contas Nacionais	44 a 46



Conceitos Básicos

1) Conceitos fundamentais

✓ Economia é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos. A análise econômica é, portanto, a ciência social que estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços.

✓ Como os recursos são escassos e as necessidades/desejos são ilimitados, a Economia precisa responder a algumas perguntas, que compõem o chamado problema econômico fundamental:

- O que produzir?
- Como produzir?
- Quando produzir?
- Para quem produzir?
- Quanto produzir?

2) Setores da Economia

a) **Setor primário:** abrange as atividades que se realizam próximas às bases dos recursos naturais, ex. atividade agrícola, pesqueira, pecuária, extrativismo.

b) **Setor secundário:** inclui atividades industriais, mediante as quais são transformados os bens.

c) **Setor terciário ou de serviços**: reúne as atividades direcionadas a satisfazer necessidades de serviços produtivos que não se transformam em material, ex. comércio, transportes, saúde, sistema financeiro, segurança, educação, lazer.

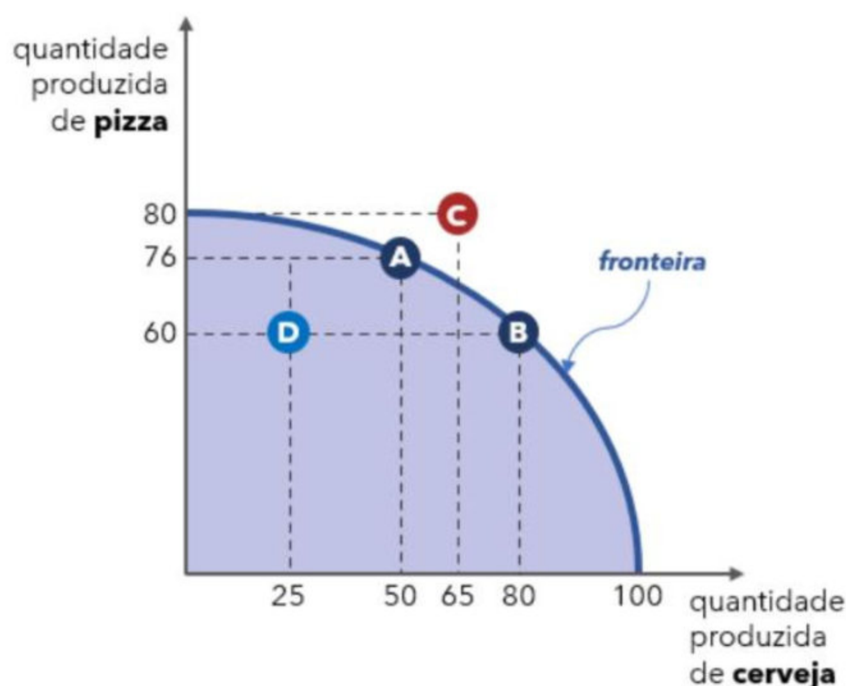
3) CPP: Um Modelo Econômico

✓ Este modelo, também chamado fronteira de possibilidade de produção (FPP), é um gráfico que demonstra as combinações de bens que uma economia pode produzir, dados os fatores de produção e a tecnologia de produção disponíveis.



- ✓ No mundo real, uma economia produz e consome inúmeros bens diferentes, mas no mundo dos modelos, convém supor que sejam produzidos apenas dois bens. Na economia de nosso país imaginário, chamado Oikonomos, produz-se pizza e cerveja.

- ✓ Assim, as indústrias de pizza e de cerveja utilizam todos os fatores de produção disponíveis lá em Oikonomos: trabalho e capital. A fronteira de possibilidades de produção poderia ser algo assim:



- ➢ Comece focando no ponto A. Ele está bem acima da fronteira de possibilidades de produção (a linha mais grossa), e isso quer dizer que 50 cervejas e 76 pizzas é uma **combinação possível** para a produção de Oikonomos;
- ➢ Seguindo a mesma lógica, podemos inferir que o ponto B também traz uma combinação possível: 80 cervejas e 60 pizzas. Note que aumentou a quantidade de cerveja, mas para isso foi preciso diminuir a quantidade de pizza... opa! Temos um **tradeoff**.
- ➢ O ponto C está além da fronteira de possibilidade de produção. Está fora de alcance. Significa que não é possível produzir 80 pizzas e 65 cervejas, pois a aplicação de todos os insumos de Oikonomos não seria suficiente.

➢ Por fim, o ponto D, com suas 60 pizzas e 25 cervejas é um ponto possível, embora ineficiente, uma vez que seria possível aumentar para 80 a quantidade de cerveja sem precisar diminuir a produção de cerveja (ponto B). Isso é o que significa estar abaixo da fronteira de possibilidade de produção.

✓ Isso nos leva à importante conclusão de que os pontos situados sobre a fronteira, ou seja, exatamente em cima da curva (como A e B) são quantidades eficientes do ponto de vista da produção.

✓ Agora, quero destacar outro aspecto deste modelo: seu formato côncavo (arredondado para cima). Ele decorre da especialização que mencionamos.

4) Curva da Demanda

- Relaciona a **quantidade (eixo x)** de um determinado produto que é demandado de acordo com o **preço praticado (eixo y)**.

- É **decrescente** (regra geral), pois quanto "mais barato" o produto, mais pessoas poderão e quererão comprar.

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A DEMANDA			
Alteração no Preço do Próprio Bem	Variável de Dentro do Modelo (**Endógena**)	Deslocamento **AO LONGO** da curva	Aumento do Preço → Menor Quantidade.
			Diminuição do Preço → Maior Quantidade.
Alteração na Renda	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Maior Renda → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Menor Renda → toda a curva "desce e vai para esquerda".
Alteração do Preço de um Bem Complementar[1]	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Aumento do Preço → toda a curva "desce e vai para esquerda".
			Diminuição do Preço → toda a curva "sobe e vai pra direita".



Alteração do Preço de um Bem Substituto[2]	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Aumento do Preço → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Diminuição do Preço → toda a curva "desce e vai para esquerda".

1 - Bens Complementares: bens que são "consumidos juntos". Ex.: Arroz e Feijão.
2 - Bens Substitutos: bens que substituem um ao outro. Ex.: Álcool e Gasolina.

Outros fatores que afetam a Demanda: **gostos/preferências, expectativas, entrada e saída de novos participantes no mercado**.

5) Função da Demanda

- É uma função que **calcula a quantidade demandada de acordo com determinados parâmetros**, frequentemente apenas o preço do bem aparece na equação.
- Exemplo: $\boldsymbol{q_d(p) = 50 - 3 * p}$
- Para cada valor de "p" que substituímos na função, obtemos um valor de q_d.

6) Curva de Oferta

- Relaciona a **quantidade (eixo x)** de um determinado produto que é ofertado de acordo com o **preço praticado (eixo y)**.
- É **crescente** (regra geral), pois quanto "mais caro" o produto, mais produtores quererão produzir.
- Fatores que afetam a oferta:

PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM A OFERTA			
Alteração no Preço do Próprio Bem	Variável de Dentro do Modelo (**Endógena**)	Deslocamento **AO LONGO** da curva	Aumento do Preço → Maior Quantidade.
			Diminuição do Preço → Menor Quantidade.
Custos	Variável de Fora do Modelo (**Exógena**)	Deslocamento **DA** curva	Menores Custos → toda a curva "sobe e vai pra direita".
			Maiores Custos → toda a curva "desce e vai para esquerda".



- **Outros fatores** que afetam a Oferta: **tecnologia, preços de bens relacionados na oferta, entrada e saída de novos participantes no mercado.**

7) Função da Oferta

- É uma função que calcula **a quantidade ofertada de acordo com determinados parâmetros**, frequentemente apenas o preço do bem aparece na equação.

- Exemplo: $\boldsymbol{q_o(p) = 4 * p}$

- Para cada valor de "p" que substituímos na função, obtemos um valor de q_o.

8) Equilíbrio

- Os mercados **tendem ao equilíbrio**:
  - **Se o bem está "muito caro"**, poucas pessoas comprarão e muitas produzirão, o que aumenta a oferta e diminui a demanda. Com isso **o preço "cai"**.
  - **Se o bem está "muito barato"**, muitas pessoas comprarão e poucas produzirão, o que diminui a oferta e aumenta a demanda. Com isso **o preço "sobe"**.

- Para descobrir o ponto de equilíbrio, colocamos num mesmo gráfico (podemos fazer isso, pois os eixos são correspondentes) as curvas de oferta e demanda. O **ponto de equilíbrio é onde as curvas se encontram**.

- Também podemos calcular matematicamente igualando as Funções da Demanda e Oferta.

$$\boldsymbol{q_d = q_o}$$

- O ponto de equilíbrio define uma quantidade e um preço de equilíbrio.

9) Estática Comparativa

- Estuda o que acontece com o mercado quando alteramos apenas uma variável. (*ceteris paribus* = "tudo o mais constante").



ESTÁTICA COMPARATIVA		
Preço Diferente do Equilíbrio	$P > P_E$ ("Bens Caros")	Excesso de Oferta → Baixa nos Preços.
	$P < P_E$ ("Bens Baratos")	Escassez de Produtos → Alta nos Preços.
Deslocamento da Curva de Demanda	Aumento da Demanda	Aumento no Preço e Quantidade de Equilíbrio.
	Diminuição da Demanda	Diminuição no Preço e Quantidade de Equilíbrio.
Deslocamento da Curva de Oferta	Aumento da Oferta	Diminuição no Preço e Aumento na Quantidade de Equilíbrio.
	Diminuição da Oferta	Aumento no Preço e Diminuição na Quantidade de Equilíbrio.

- Vimos os fatores que provocam deslocamentos nas curvas de demanda e oferta anteriormente.

Déficit e Dívida Pública

10) Gastos governamentais x Gastos Públicos

✓ De maneira geral, consideram-se **gastos governamentais** apenas as despesas realizadas pelas unidades que compõem a administração governamental direta e indireta. Dessa forma, seriam englobados neste conceito apenas os gastos realizados pelas esferas de governo mais suas autarquias e fundações.

✓ Por outro lado, considera-se **gasto público** a totalidade dos gastos governamentais mais as despesas do governo com suas atividades econômicas produtivas, incluindo-se aí as empresas estatais.

Déficit

11) Perspectiva das contas nacionais

- Carga tributária bruta (CTB) = total de impostos arrecadados
- Carga tributária líquida (CTL) = CTB – transferências do governo
- Spub = CTL – Gastos correntes
- Ipub – Spub = Spriv - Ipriv + Sext
- DP = Spriv - Ipriv + Sext

A **diferença entre a poupança do governo e o investimento público** fornece o valor do superávit público, ou déficit, se o resultado for negativo:

- Quando há **superávit público**, isto significa que o governo está arrecadando mais do que está gastando, logo, está fazendo política fiscal contracionista (restringindo a demanda agregada);

- Quando há **déficit público**, isto significa que o governo está gastando mais do que está arrecadando, logo, está fazendo política fiscal expansiva (aumentando a demanda agregada).

12) Financiamento e mensurações do déficit

▶ O déficit pode ser financiado por:

- Tributação
- Emissão monetária
- Endividamento

▶ Mensurações do déficit são:

- Déficit primário: despesas não financeiras – receitas não financeiras
- Déficit operacional: déficit primário + juros reais da dívida
- Déficit nominal: déficit operacional + inflação

▶ O quadro a seguir resume as principais diferenças entre os conceitos de déficit público:



Resultado nominal	Correção monetária e/ou cambial
	Juros reais
	Resultado primário

Juros nominais

Resultado operacional

▶ Os mesmos conceitos se aplicam quando falamos de superávits, assim, temos:

- **Superávit primário:** excesso de arrecadação sobre os gastos totais, excluindo os gastos (ou receitas) com pagamentos de juros sobre a dívida e correção monetáriae cambial.

- **Superávit operacional:** resultado primário levando-se em conta, adicionalmente, os gastos (ou receitas) com pagamentos de juros reais.

- **Superávit nominal:** resultado operacional levando-se em conta, adicionalmente, os gastos (ou receitas) com correção monetária e cambial da dívida passada. Pode ser também igual ao superávit primário mais os pagamentos de juros nominais.

13) Métodos de apuração do déficit

Métodos de apuração do déficit:

- Acima da linha: resultado de receitas e despesas
- Abaixo da linha: variação da dívida pública

14) Regime de Contabilização

Existem dois tipos de regimes para contabilização do déficit público:

➢ Regime de competência: os fatos contábeis são registrados de acordo com o período em que ocorreu o fato gerador (despesa ou receita). Por exemplo, imagine que o governo brasileiro faça a compra de 10 aviões caça da França, no valor de US$ 150 bilhões. No regime de competência, a despesa será contabilizada no momento do fato gerador (momento da



compra) e não quando o governo brasileiro efetua o pagamento ao governo francês.

- Regime de caixa: os fatos são registrados quando se dá o pagamento ou o recebimento. No exemplo acima, segundo o regime de caixa, a compra dos aviões só seria contabilizada quando houvesse o pagamento ao governo francês. De acordo com o regime utilizado, pode-se chegar a diferentes valores de déficit/superávit.

No Brasil, As NFSP são apuradas pelo regime de caixa, à exceção dos resultados de juros, que são apurados pelo regime de competência. Isso significa que as despesas públicas (exceto os juros) são consideradas como déficit **no momento em que são pagas,** e não quando são geradas. Isso vale para as receitas, que são computadas quando entram no caixa do governo, e não quando ocorre o fato gerador.

Finanças Públicas e Políticas alocativas, distributivas e de estabilização

15) Finanças Públicas

- ✓ **Finanças públicas** é uma área da economia que estuda o pagamento e o custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

- ✓ O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das necessidades da sociedade.

16) Abrangência

- ✓ Pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado. Isso é tão importante que tem até uma sigla: AFE. A AFE contempla a origem dos recursos públicos (receita

pública), sua aplicação (despesa pública) e, por fim, o resultado desse exercício: a dívida pública. A gestão desses elementos tem como ferramentas o orçamento público e no crédito público.

✓ A Atividade Financeira do Estado contempla:

Receita Pública;

Despesa Pública;

Orçamento Público;

Crédito Público;

Dívida Pública.

Para executar sua atividade financeira, o Estado determina políticas econômicas

17) Funções do governo na economia

- Distributiva
- Alocativa
- Estabilizadora

18) Função Distributiva

✓ A função distributiva é relacionada à redução das diferenças econômicas e sociais da população. Grosso modo, o governo exerce essa função sempre que, de alguma forma, favorece as camadas mais carentes da população, em detrimento ou não das mais ricas.

✓ Os instrumentos utilizados nessa função são:

- **Transferências**;
- **Impostos (tributação)**;
- **Subsídios**.

✓ É por meio da combinação desses instrumentos que o governo pode distribuir a renda. Ele pode,por exemplo, **tributar** mais as classes de renda mais alta, e depois **transferir** esses recursosdiretamente para as camadas mais pobres da sociedade. Em vez de transferir, também

é possível **subsidiar** a população mais carente, ao pagar uma parte dos bens adquiridos por essa camadada sociedade.

- **Política distributiva**: quando um benefício para as camadas mais pobres desociedade é custeado (financiado) pela sociedade como um todo.

- **Política redistributiva**: quando um benefício para as camadas mais pobres desociedade é custeado (financiado) pela camada mais rica da sociedade.

19) Função Alocativa

- ✓ A função alocativa consiste, basicamente, na **regulação ou fornecimento de bens públicos** ou **semipúblicos** (como saúde e educação).

- ✓ Devido às suas características de não rivalidade e não exclusividade, o que torna seu fornecimento para a sociedade algo que não atrai as empresas. Que firma estaria interessada emfornecer bens ou serviços pelos quais ela não é capaz de cobrar, de forma minimamente eficiente, dos consumidores?

Cabe, portanto, ao governo:

1. Determinar quais bens públicos serão ofertados, para quem, e em qual quantidade;
2. Determinar quem pagará por eles.

O item 1 tem grande dependência do processo político, pelo qual a sociedade manifesta, por meio de eleições e manifestações, quais bens públicos ela está "demandando".

- ✓ Já o item 2, determinar quem pagará pelos bens públicos, é um problema particular desses tipos de bens, decorrente de sua não rivalidade e não exclusividade. O problema surge pois não é possível, como ocorre no mercado, fazer com que o consumidor dos bens públicos manifeste qual valor está disposto a pagar pelo bem público, bem como não é possível impedir que indivíduos desfrutem dos bens públicos sem pagar nada por eles, ao que se dá o nome de **problema do carona.**

- A forma de resolver o problema do carona é tornar compulsório o pagamento pelos bens públicos, o que o governo faz por meio de taxas ou outros tipos de tributos.

- A função alocativa busca a eficiência do mercado.

- Perceba que o governo tem três formas de cumprir essa função: **produzindo**, **financiando** ou **regulando**.

20) Estado produtor, financiador e regulador

- Como mencionado há pouco, para buscar a oferta de bens públicos e corrigir essa falha demercado, o Estado pode atuar como:

  - **Estado produtor**: produzindo diretamente bens e serviços à sociedade.
  - **Estado financiador**: fornecendo recursos financeiros, como empréstimos ou subsídios,para que o mercado atue de forma mais eficiente.
  - **Estado regulador:** controlando as atividades econômicas, por meio de normatização efiscalização.

- Quando o **Estado** age como regulador, ele permanece como **titular**, mas o **setor privado** é quem **executa** a atividade ou serviço público, cumprindo as exigências legais e regulamentares.

- Isso passa pela **liberação de atividades executadas pelo Estado**, em regime monopolista, por meio de **privatizações** e **concessões**, a fim de propiciar a competição pelas empresas privadas, desde que haja **racionalidade econômica** nessa medida.

- **Concessão X Privatização**

- A **concessão** ocorre quando o Estado transfere a uma empresa, por tempo determinado, o

direito de explorar alguma atividade de responsabilidade do governo, junto com as obrigações e responsabilidades relacionadas. O exemplo mais comum são as rodovias concedidas a empresas privadas pelos governos estaduais.

- ✓ Em uma **privatização**, por outro lado, ocorre a venda definitiva, ou seja, é uma alienação de algo que pertencia ao Estado para a iniciativa privada, algo que acontece quando uma empresa pública ou sociedade de economia mista é vendida.

21) Função Estabilizadora

- ✓ Pode-se afirmar que a função estabilizadora consiste em proporcionar à economia **crescimento**, **alto índice de emprego** e **preços estáveis**.

- ✓ Essa função ganhou força depois do maior mergulho que a economia mundial moderna já viu: aGrande Depressão (1929). Percebeu-se que o mercado não era capaz, pelo menos no curto prazo, de evitar grandes distorções e desequilíbrios.

- ✓ Cabe, portanto, ao governo buscar atenuar os chamados ciclos econômicos e as oscilações, usando as políticas econômicas (fiscal, monetária e cambial) para tanto.

- ✓ Por exemplo: ao notar queda na atividade econômica, o governo pode adotar a política fiscal expansionista, aumentando seus gastos para tentar reaquecer a economia.

Eficiência Econômica e falhas de mercado

22) Eficiência (Ótimo) de Pareto

- Uma situação econômica é dita **eficiente no sentido de Pareto** se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra.

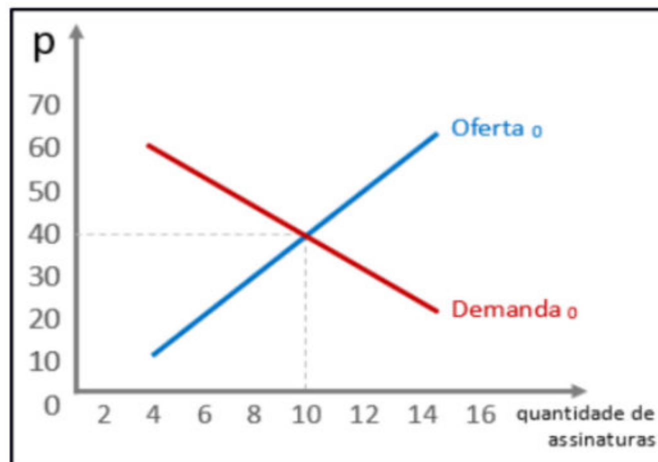
- É possível termos situações eficientes, mas socialmente injustas.

23) Equilíbrio Geral

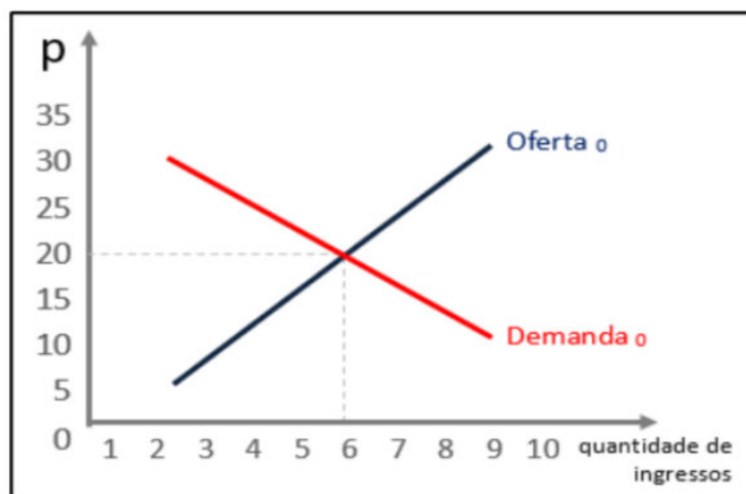
- A análise de equilíbrio geral determina preços e quantidades que igualam oferta e demanda em todos os mercados.

- Ex.: mercados relacionados: **streaming** (como Netflix ou Amazon Prime) e **cinema**.

- **Equilíbrio do mercado de Streaming:**
- Oferta e demanda se igualam na quantidade 10 mil de assinaturas ao preço de R$ 40.



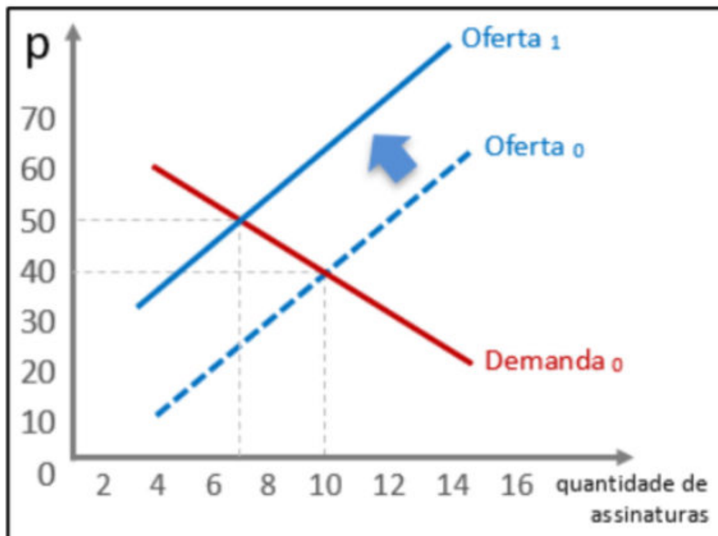
- **Equilíbrio do mercado de cinema:**
  - Oferta e demanda se igualam na quantidade 6 mil de ingressos ao preço R$ 20.



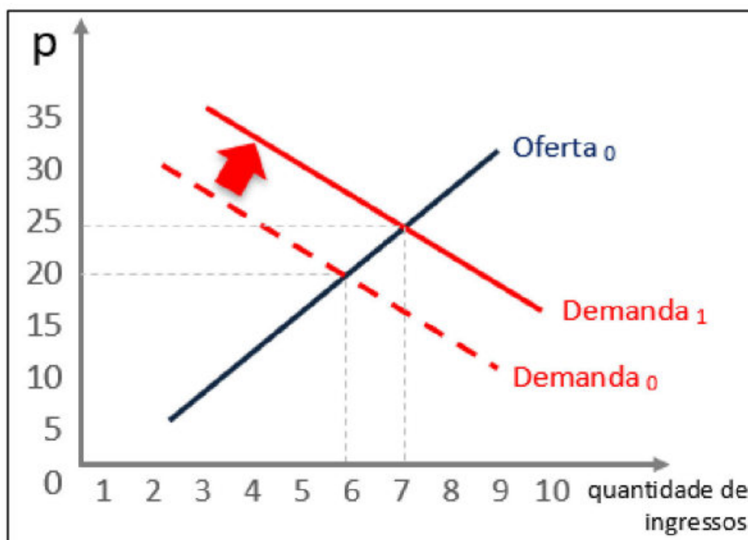


- Suponha que o governo passe a tributar mais fortemente os serviços de streaming. Isso terá o efeito de deslocar a curva de oferta de streaming para cima, como vimos no equilíbrio parcial

O preço de equilíbrio da assinatura do streaming passou de R$ 40 para R$ 50 e a quantidade de assinaturas de 10 para 7 mil:



Com o aumento do preço de equilíbrio do Streaming, que é um bem substituto para o cinema, **a demanda do Cinema aumentará, deslocando sua curva para a direita**:



- Note que, em nosso exemplo com bens substitutos, os preços subiram mais do que seríamos levados a acreditar se considerássemos o equilíbrio parcial, em virtude dos efeitos que um mercado tem sobre o outro.

- Se tivéssemos analisado bens complementares, concluiríamos que o preço de equilíbrio geral será menor do que no equilíbrio parcial, pois esse aumento será atenuado pelo efeito mútuo.

A análise do equilíbrio parcial subestima a variação de preços de bens substitutos, e superestima a variação de preços de bens complementares.

24) Falhas de Mercado

Bens Públicos:

- São aqueles bens **não rivais** e **não exclusivos**.

- **Não rival:** o fato de você desfrutar da utilidade não impede que eu também o faça;

- **Não exclusivo:** não é possível para o fornecedor excluir pessoas que ele por algum motivo assim deseje.

Tipo de Bem	Exemplo	Exclusividade	Rivalidade
Privado	**Celular**	Só um dono (Bem exclusivo).	Se é meu não pode ser seu (Bem rival).
Público	**Iluminação pública**	Todos que passarem pela rua poderão usufruir da utilidade juntos.	O fato de eu usufruir da iluminação não impede que você também o faça.



- **Problema do Carona (*Free Rider*):**

- Indivíduo que desfruta de um bem, recebendo seus benefícios, sem pagar por nada por isso.
  - O problema surge da não exclusividade no caso de bens públicos, ou de externalidades positivas.
  - **Custo marginal nulo:**
  - O custo marginal é o **custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem** e o fato de mais **uma ou duas pessoas passarem pela rua iluminada não irá alterar os custos** do produto/serviço oferecido **nesse caso**.

  - Essa característica é consequência da não rivalidade.

○ Resumindo as características dos bens públicos:
○ **Não exclusividade:** é impossível, tecnicamente, impedir as pessoas de consumir o bem público. Consequência: <u>carona</u>. ○ **Não rivalidade:** o consumo por um indivíduo não impede o consumo por outro. Consequência: <u>custo marginal nulo</u>.

  - **E porque essas características são um "problema"?**

  - É que com o custo marginal nulo e a existência dos "caronas", não há como encontrar o equilíbrio de mercado e em consequência chegar ao conceito de eficiência econômica.

  - Agora fica fácil entendermos o motivo pelo qual as empresas não se interessam em ofertar um bem pelo qual não serão capazes de cobrar um valor adequado. E é por este motivo que os bens públicos são considerados uma falha de mercado. A solução é que os bens públicos sejam ofertados pelo governo e financiados por meio de tributos.

Bens semipúblicos:

Bens meritórios: São bens **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados.

- O consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos. Ex.: Universidades Públicas.

- Apesar de os bens semipúblicos, com saúde e educação, interessarem ao mercado privado, o governo também os oferta por estes terem importância do ponto de vista social e, também, gerarem externalidades positivas.

Bens comuns: São bens rivais e não exclusivos.

- Apesar de não serem exclusivos, o consumo dos bens comuns impede (ou pode impedir, dependendo do volume de pessoas que estejam utilizando) que outra(s) pessoa(s) o consuma ao mesmo tempo. Ex.: Parque público.

- **Observe atentamente a imagem a seguir e leve esses conceitos para a prova:**



25) Externalidades

✓ Externalidades são os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais.

Elas podem ser positivas, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou



negativas, caso contrário. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes, é um ótimo exemplo de externalidade positiva.

✓ Quando decidimos comprar ou produzir algum produto, geralmente comparamos os custos e benefícios de cada uma das alternativas que são apresentados a nós, mas, normalmente, não consideramos em sua totalidade os efeitos de tais ações sobre os outros – ou seja, as externalidades ou os efeitos externos de nossas ações. **Quando há alguma externalidade, o equilíbrio de mercado se torna ineficiente.**

26) Corrigindo as externalidades

✓ Vamos focar o texto deste tópico no exemplo da empresa poluente (externalidade negativa). Acredito que é um bom exemplo para desenvolvermos nossa argumentação.

✓ Supondo, então, uma firma que emite poluentes, como o governo poderia proceder a fim de incentivar as empresas para que reduzissem seus níveis de emissões poluentes? Quais seriam as políticas públicas e a regulamentação adequadas em tal situação?
De forma geral, o governo poderia incentivar a redução de emissões poluentes por meio de três medidas:

- Fixação de um limite para a emissão de poluentes;
- Imposição de taxas sobre a emissão de poluentes;
- Emissão de licenças negociáveis para poluir

Tributação

27) Princípio da equidade

✓ Esse princípio significa que a tributação deve tratar de forma igual aqueles que são iguais e dartratamento diferenciado para os desiguais, ou seja, a equidade apresenta duas

abordagens:

- **Equidade horizontal**: é a igualdade para os "iguais", na qual se aplica a mesma regra de tributação para indivíduos na mesma situação renda.
- **Equidade vertical**: na qual são aplicadas diferentes regras de arrecadação tributária paraos indivíduos com rendas desiguais.

✓ Um exemplo de aplicação do princípio da equidade é o imposto de renda para pessoa física (IRPF), que cobra percentuais diferentes para diferentes faixas de renda (equidade vertical), mas iguais para mesmas faixas de renda (equidade horizontal.

Faixas de Renda	Alíquota (%)
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5%
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0%
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5%
Acima de 4.664,68	27,5%

Equidade Horizontal

Equidade Vertical

28) Princípio da Capacidade

✓ Assim como ocorre com o princípio da equidade, trata-se da busca pela justiça fiscal.

✓ Pelo princípio da capacidade – também chamado **princípio da habilidade de pagamento** – cada indivíduo deve ser tributado de acordo com sua capacidade de pagamento. Assim, agentes econômicos de maior renda e patrimônio são mais fortemente onerados.

29) Princípio de Benefício

✓ Trata-se da vinculação do valor arrecadado com o tributo ao benefício ofertado à sociedade pelo poder público. Em termos mais específicos, esse princípio afirma que o contribuinte deve

receber um **benefício proporcional** ao tributo que ele paga.

- ✓ Está associado com a **função alocativa** por se tratar do financiamento de bens públicos.

30) Princípio da Neutralidade

- ✓ Determina que a tributação deve influenciar o mínimo possível na economia, evitando a distorção de preços no mercado.

- ✓ Dessa forma, o tributo também não deve comprometer a competição entre as empresas.

- ✓ Nesse sentido, um tributo que ofende o princípio da neutralidade seria aquele que incide apenassobre empresas de determinada origem, como chinesas, alemãs ou canadenses. Isso provocaria aumento no preço dos produtos dessas empresas, beneficiando seus concorrentes.

31) Princípio da Simplicidade

- ✓ O sistema tributário deve ser de fácil compreensão para a sociedade, bem como de fácil operacionalização pelo governo, atingindo assim a maior **eficiência** possível na arrecadação.

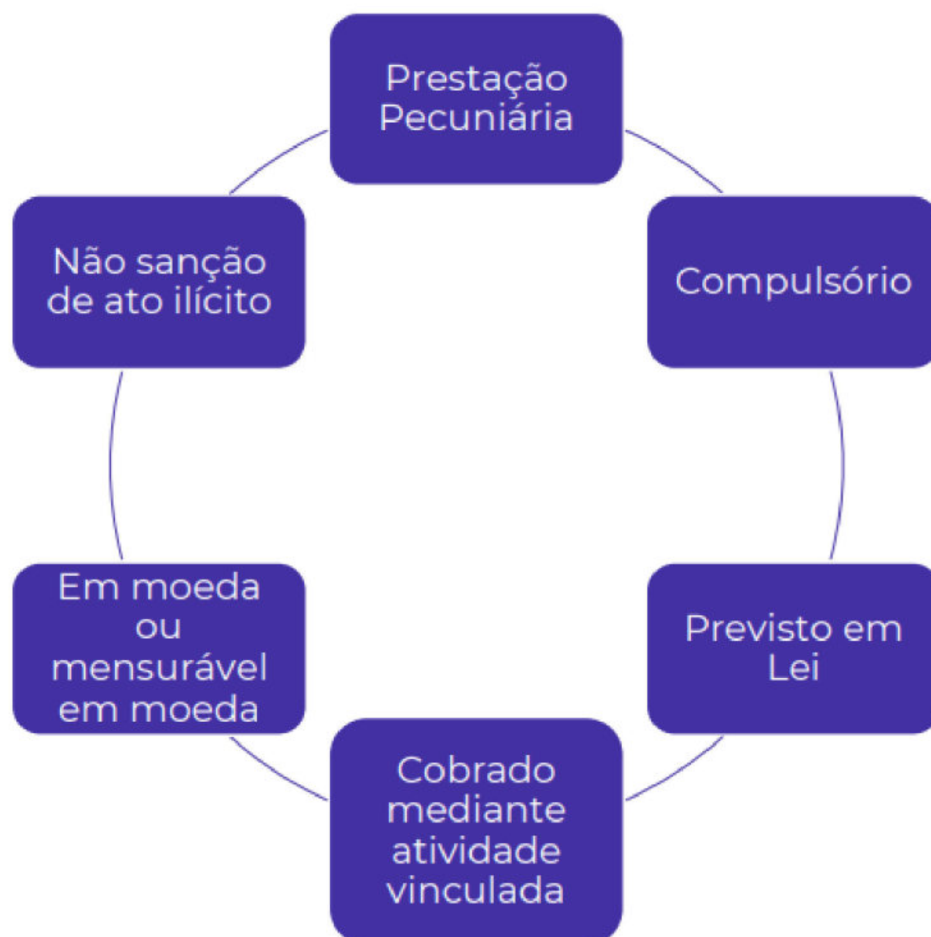
- ✓ Com um sistema simples, é possível até para estimular a **auto arrecadação** do imposto, permitindo que o próprio contribuinte arrecade ou auxilie na arrecadação do tributo.

- ✓ Esse princípio pode ser buscado principalmente na etapa de instituição legal do tributo, ou seja,de sua criação por meio de lei.

32) Impostos e principais tipos

Definição de tributo

✓ Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.



► Vejamos agora alguns dos principais tipos de impostos:

- **Diretos:** incidem sobre a renda ou sobre o patrimônio das pessoas;
- **Indiretos:** incidem sobre os produtos ou serviços adquiridos pelo consumidor;
- **Proporcional:** aplica a mesma alíquota para todas as diferentes faixas de renda;
- **Progressivo:** são aplicados maiores percentuais de alíquotas para rendas maisaltas;
- **Regressivo:** as alíquotas não sofrem variação em relação à capacidade contributiva do contribuinte. Ou seja, as camadas ricas e pobres pagam a mesma alíquota sobreo tributo. Isso tende a onerar mais as camadas mais pobres;
- **Lump-Sum:** cobrados em um montante fixo por pessoa, independentemente de qualquer circunstância.



➢ Vejamos como isso foi cobrado em prova.

(**SEFAZ-RJ/2013 – FCC**) Grande parte do debate sobre a política tributária se estabelece em torno do fato de "se os ricos pagam uma parcela justa de impostos". Uma das formas de se avaliar essa questão adequadamente é verificar quanto as famílias de diferentes níveis de renda pagam de tributos, em proporção à renda, no atual sistema tributário.

Nesse sentido, os sistemas tributários podem ser classificados em três tipos, a saber:

I. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas e aqueles com rendas menores pagam a mesma fração de sua renda.

II. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração menor de sua renda que os contribuintes com rendas menores.

III. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração maior de sua renda que aqueles com rendas menores.

Os sistemas tributários I, II e III contêm, respectivamente,

a) equidade horizontal, equidade regressiva e equidade progressiva.
b) imposto proporcional horizontal, imposto regressivo vertical e imposto progressivo vertical.
c) imposto horizontal proporcional, imposto vertical regressivo e imposto vertical progressivo.
d) imposto vertical, imposto horizontal e imposto gradual.
e) imposto proporcional, imposto regressivo e imposto progressivo.

Comentários:

A questão versa sobre temas relacionados à **Teoria da Tributação**.



Vamos analisar as alternativas:

I. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas e aqueles com rendas menores pagam a mesma fração de sua renda.

PROPORCIONAL.

Um imposto **proporcional** aplica a mesma alíquota para todas as diferentes faixas de renda.

Nesse caso temos a aplicação da equidade horizontal, em que os indivíduos com mesmas capacidades de pagamento, pagam o mesmo percentual de suas rendas.

II. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração menor de sua renda que os contribuintes com rendas menores.

REGRESSIVO.

Os tributos **regressivos** são aqueles onde as alíquotas não sofrem variação em relação à capacidade contributiva do contribuinte. Ou seja, as camadas ricas e pobres pagam a mesma alíquota sobre o tributo. Isso **tende a onerar mais as camadas mais pobres**.

Portanto, ao onerar as pessoas de menor poder aquisitivo, a tributação favorece a **REGRESSIVIDADE** do sistema.

III. Um sistema tributário com imposto em que os contribuintes com altas rendas pagam uma fração maior de sua renda que aqueles com rendas menores.

PROGRESSIVO.

A tributação **progressiva** ocorre quando são aplicados maiores percentuais de alíquotas para rendas mais altas. Assim, a instituição dos tributos deve ser conduzida no sentido de **onerar mais as pessoas com maior capacidade de pagamento**.

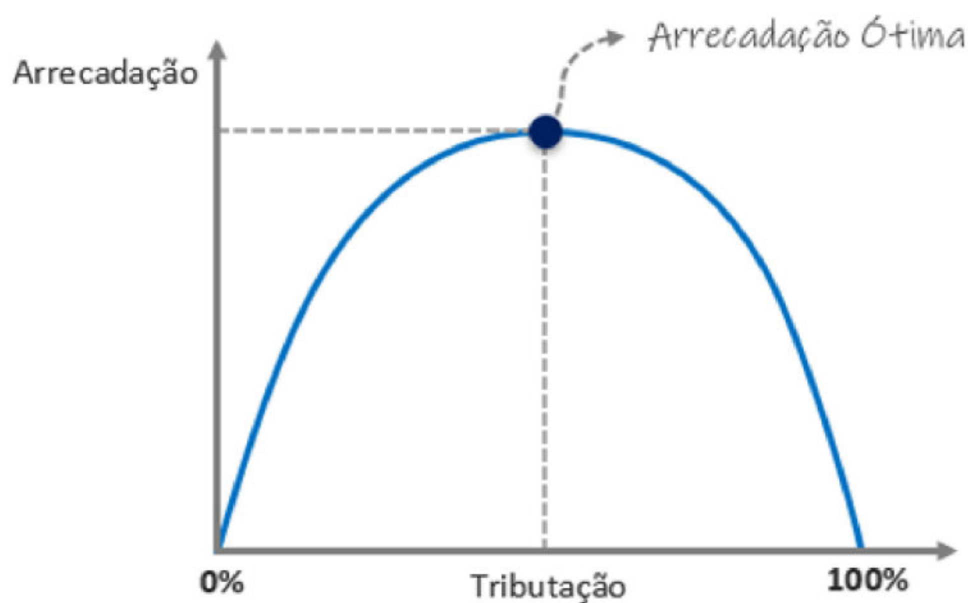
Resposta: **LETRA E.**

Tributação e Eficiência Econômica

33) Curva de Laffer

✓ Apesar de serem compulsórios, impostos mais altos não significam, necessariamente, maior arrecadação para o governo.

✓ A chamada Curva de Laffer é um modelo gráfico formulado pelo economista Arthur Laffer, quenos mostra a relação entre duas variáveis: o **nível de tributação** e o correspondente **nível dearrecadação** de determinado imposto pelo governo



Note algumas conclusões:

- Com carga tributária de 0%, ou seja, sem tributar, o governo nada arrecadará. Óbvio, né?

- Conforme aumenta a tributação, inicialmente, aumenta também a arrecadação.
- Em determinado ponto, o governo atinge a arrecadação máxima. É o chamado ponto ótimo.
- A partir desse ponto, aumentar a tributação implica em redução da arrecadação, pois aspessoas começam a deixar de praticar o fato gerador do imposto, seja qual for (trabalho,renda, consumo). Além disso, pode haver sonegação fiscal
- Com tributação 100%, ninguém mais pratica o fato gerador, ou quem o pratica sonega, eo governo nada arrecada.

34) A regra de Ramsey

✓ Se o governo busca a neutralidade (eficiência econômica), de forma a intervir o mínimo possível na alocação de recursos, sem causar ineficiências, ele procurará tributar bens de demanda/ofertainelástica, pois o peso morto será menor.

✓ Podemos expressar a **regra de Ramsey** segundo a equação abaixo, também chamada de regra da "elasticidade invertida:

$$\tau = \frac{1}{|Epd|} \cdot \lambda$$

✓ Onde τ seria a alíquota ótima de imposto sobre um determinado bem, **Epd** seria a elasticidade preço da demanda do bem, e λ seria o valor da receita governamental adicional conseguida com um (possível) aumento de alíquota do imposto.

✓ Observe que **a alíquota ótima é inversamente relacionada com a elasticidade preço da demanda do bem**. Isto é, bens de demanda elástica (valor alto de Epd) devem sofrer uma tributação menor, e bens com demanda inelástica devem ser tributados mais pesadamente

A formulação de Ramsey indica que duas regras devem ser levadas em conta na fixação de

umimposto ótimo (mais eficiente) sobre mercadorias:

- **Regra da elasticidade invertida**: bens com alta Epd devem ser tributados a uma alíquota mais baixa; bens com baixa Epd devem ser tributados a alíquotas mais altas.

- **Regra da base ampla (suavização da tributação):** é melhor tributar uma grande variedade de bens a uma alíquota moderada do que tributar poucos bens a uma alíquota elevada. Quanto maior a alíquota, maior é o acréscimo de peso morto decorrente de mais
aumentos da alíquota. Isto significa que é melhor tributar muitos bens a 10% do que poucos bens a 20%, pois o aumento da alíquota de 10% para 20% gera um acréscimo depeso morto menor do que o aumento de alíquota de 0% para 10%.

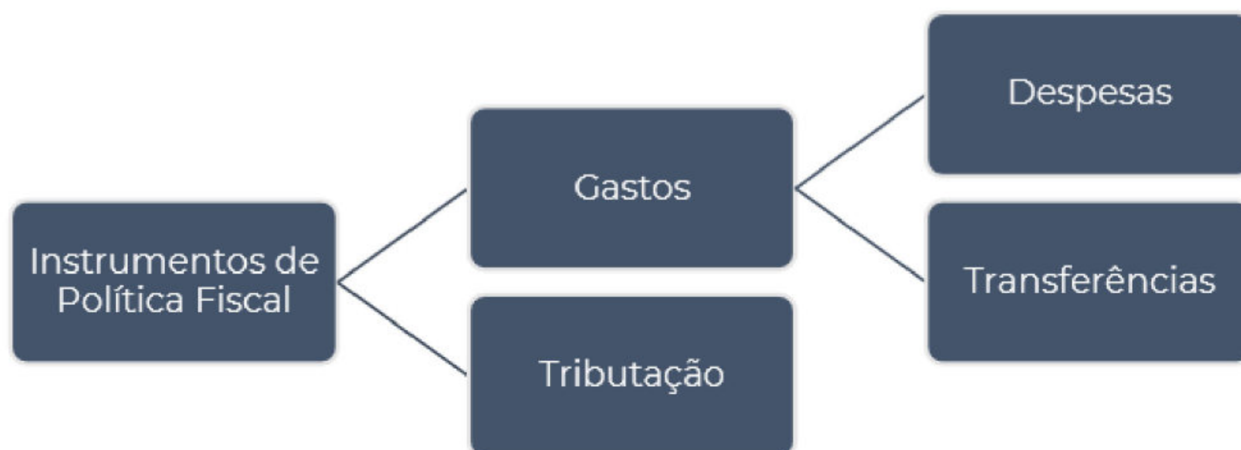
Políticas Fiscal, Monetária e Cambial

Política Fiscal

35) Instrumentos da Política Fiscal

✓ A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia. No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pela sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal





36) Política Fiscal Expansionista X Política Fiscal Restritiva

- ✓ Quando o governo aumenta seus gastos ou reduz a tributação, dizemos que ele está adotando uma política fiscal expansionista.

- ✓ Simetricamente, quando o governo diminui seus gastos ou aumenta a tributação, estamos diante de uma política fiscal restritiva – também chamada contracionista.

Políticas Fiscais	
 **EXPANSIONISTAS**	 **RESTRITIVAS**
► Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ► Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ► Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ► Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ► Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	► Recriação da CPMF (↑T: impostos); ► Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ► Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ► Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ► Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

37) Objetivos da Política Fiscal

▶ **fornecimento de bens públicos:** o governo pode direcionar seus gastos na produção de bens públicos, como segurança (polícia e forças armadas), saúde (programas como o SUS) e lazer (parques públicos e eventos culturais).

▶ **redistribuição de renda:** as transferências que o governo faz, normalmente, visam ao bem-estar social. O Bolsa Família e a Previdência Social são exemplos de direcionamentos nesse sentido.

▶ **promoção do desenvolvimento econômico**: estimular a oferta agregada por meio de crédito produtivos subsidiados e investimentos na educação



Política Monetária

38) Objetivos da Política Monetária



39) Instrumentos da Política Monetária

✓ Os principais instrumentos da política monetária são três: as taxas de redesconto, a taxa de depósitos compulsórios e as operações no mercado aberto. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

Redesconto

O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor. Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento.

Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes. Não custa



relembrar que quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Mercado Aberto (Open Market)

Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente R$1 trilhão. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc. Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

40) Outros “instrumentos” de política monetária

▶ Reservas internacionais: moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.

▶ Política e regulação do crédito: o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.

▶ Emissão de moeda: a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito o que comentar aqui.

▶ Juros: os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Em aula sobre inflação vemos isso mais a fundo. De toda forma, tenha

em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

41) Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

- ✓ Quando o Banco Central aumenta a oferta monetária, dizemos que ele está adotando uma política monetária expansionista. O contrário ocorre quando o Bacen diminui a oferta monetária: a política monetária é restritiva.

Políticas Monetárias



EXPANSIONISTAS

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros.
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.



RESTRITIVAS

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros.
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Política Cambial

- ✓ A **taxa de câmbio nominal** (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional.No Brasil, é mais comum medirmos o preço do dólar americano em reais. Dessa forma, quandoo Banco Central divulga que a taxa de câmbio é de 3, significa precisamos de 3 reais para comprar 1 dólar. Em outras palavras, a taxa de câmbio nominal mostra o **preço relativo** entreduas moedas.

- Se a taxa aumentar para 4, dizemos que a **taxa de câmbio se elevou**, e isso é o mesmo que dizerque houve **desvalorização da moeda nacional**, pois agora precisamos de mais reais para comprar o mesmo dólar.

- No Brasil, usamos a chamado **cotação direta,** também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Dizemos que U$1 custa R$3.

42) Convenção do certo x Convenção do incerto

CONVENÇÃO DO CERTO	CONVENÇÃO DO INCERTO
Indica quanto vale a moeda doméstica em termos de moeda estrangeira.	Indica o preço de uma moeda estrangeira em unidades da moeda nacional
R$1,00 = U$0,33	**U$1,00 = R$3,00**
R$1,00 = €0,29	**€1,00 = R$3,50**
R$1,00 = £0,25	**£1,00 = R$4,00**
Adotado em países de moeda forte: EUA (dólar), Inglaterra (libras) e Zona do Euro (euro).	Adotado nos demais países, inclusive no Brasil.

43) Valorização x Desvalorização

VALORIZAÇÃO, APRECIAÇÃO E AUMENTO X **DESVALORIZAÇÃO, DEPRECIAÇÃO E QUEDA**

- É muito importante que os termos acima tenham seu uso bastante claro para você, para não errar questões por “bobeira”.

- Então acompanhe o exemplo. Imagine que ontem a taxa de câmbio era R$3 (três reais por dólar). Se hoje a taxa está em R$4/U$, diz-se que **a taxa aumentou** e **amoeda doméstica desvalorizou**.

✓ Até aí tranquilo. Mas também se diz, nesse mesmo caso, que **a taxa desvalorizou** ou o **câmbio desvalorizou**.

✓ Pode parecer pouco intuitivo, mas pense sempre do ponto de vista de quem tema moeda doméstica: para nós, que temos reais, a taxa de câmbio R$4/U$ valemenos do que a taxa de câmbio de R$3/U$, então dizemos que a taxa desvalorizou.

Também sempre podemos substituir **desvalorizou** por **depreciou**.

Aumento da taxa de câmbio = **Desvalorização** da taxa de câmbio = **Depreciação** da taxa de câmbio = **Desvalorização** da moeda doméstica	**Queda** da taxa de câmbio = **Valorização** da taxa de câmbio = **Apreciação** da taxa de câmbio = **Valorização** da moeda doméstica

- **IMPORTANTE**: apreciação e valorização da taxa de câmbio significam a mesma coisa em termos práticos, ou seja, significam valorização da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira. Mas em termos conceituais, **apreciação** ocorre como resultado das forças de oferta e demanda de mercado, enquanto **valorização** ocorre como resultado da atuação do governo e do Banco Central. O mesmo vale para **depreciação** e **desvalorização**. Essa diferença ficará mais clara quando vermos **regimes cambiais.**

Contas Nacionais

44) Contas Nacionais

✓ A Macroeconomia estuda a economia como um todo, **em nível agregado**, por meio da análise dos grandes agregados econômicos, como a produção de um país inteiro.



✓ Os objetivos da Macroeconomia são: **alto nível de emprego, estabilidade de preços, crescimento econômico e distribuição de renda.**

✓ As Contas Nacionais têm por objetivo a **produção, o nível de renda e a despesa agregada de um país**, e servem se subsídio para decisões dos agentes econômicos.

✓ As variáveis da contabilidade nacional são do **tipo fluxo**: medidas em determinado período de tempo.

✓ Os conceitos-chave das Contas Nacionais são **produto, renda, despesa, poupanças, investimento, consumo e absorção.**

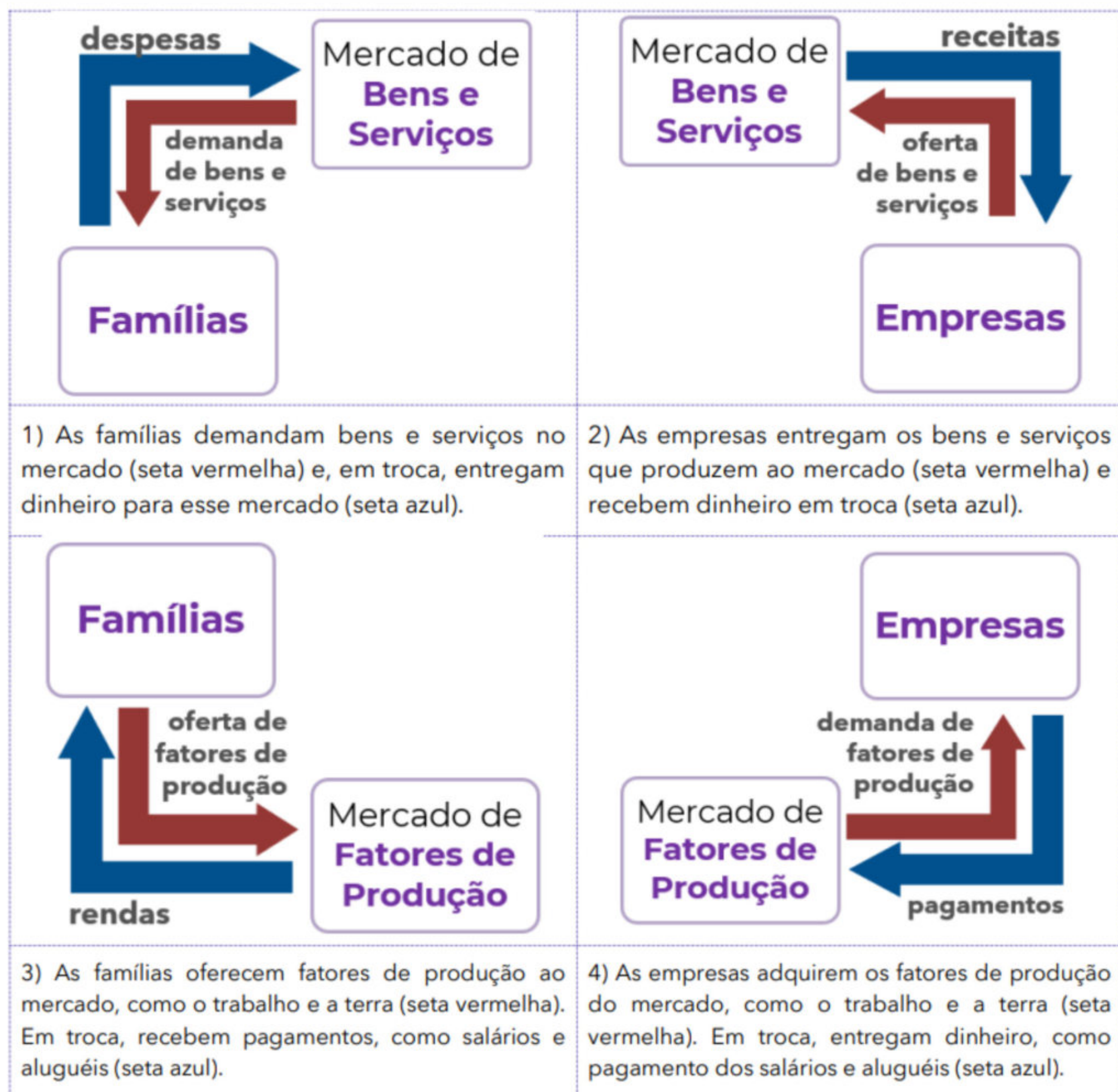
45) Identidade Macroeconômica

✓ A identidade macroeconômica fundamental é: **Renda = Produto = Despesa.**

IDENTIDADE MACROECÔNOMICA

Renda	Produto	Despesa (Demanda)
• Salários • Lucros • Juros • Aluguéis	• Soma do valor agregado das etapas produtivas.	• Famílias • Empresas • Governo • Resto do mundo

✓ O fluxo circular da riqueza é um modelo que demonstra o circuito real e o circuito monetário, demonstrando a identidade macroeconômica fundamental.



✓ A Renda é a soma da remuneração dos fatores de produção: **salários, juros, lucros e aluguéis.**

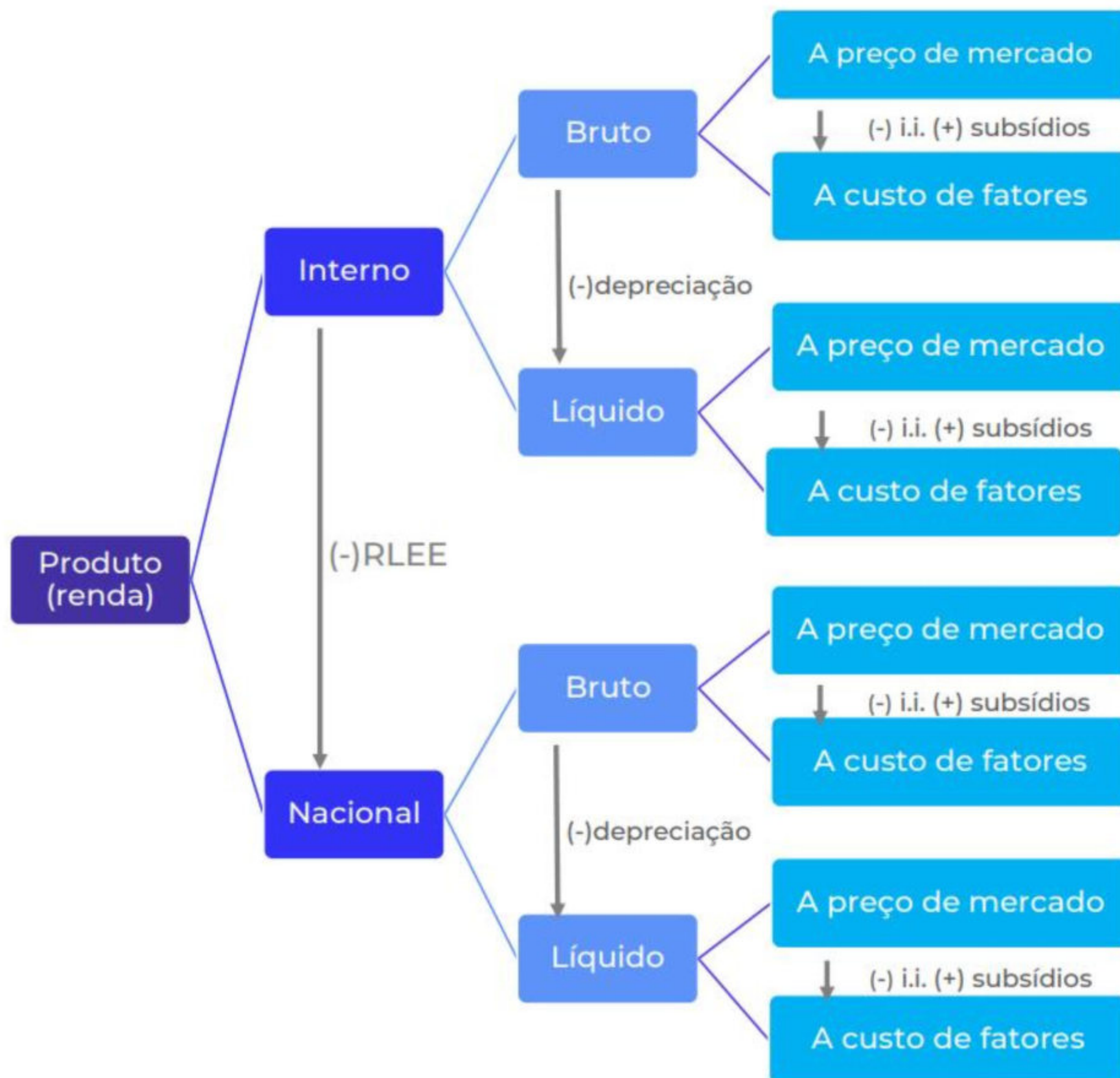
✓ A Produto é a **soma do valor adicionado** das etapas produtivas.

✓ A Despesa é a **soma dos gastos dos agentes econômicos**.

Poupança = Investimento é outra identidade macroeconômica fundamental.

- PIB – depreciação = PIL
- PIB – RLEE = PNB
- PIBPM – impostos líquidos = PIBCF

- O deflator do PIB é PIBNOMINAL / PIBREAl



46) Potencial X Efetivo e Hiato de Produto

▶ PIBEFETIVO > PIBPOTENCIAL: hiato de produto positivo = hiato inflacionário

O país está produzindo acima de sua capacidade. Há pressão para elevação nos preços

▶ PIBEFETIVO < PIBPOTENCIAL: hiato de produto negativo = hiato deflacionário

O país está produzindo abaixo de sua capacidade. Há pressão para queda nos preços.

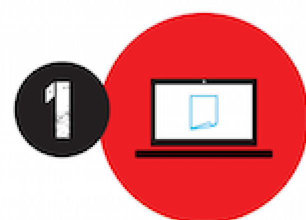


47) Mensurações do produto e conceitos de renda

<table>
<tr><td rowspan="6">Renda Pessoal Disponível</td><td>salários</td><td rowspan="11">PNB_{CF}</td><td rowspan="13">PNB_{PM}</td><td rowspan="15">PIB_{PM}</td></tr>
<tr><td>aluguéis</td></tr>
<tr><td>juros</td></tr>
<tr><td>lucros distribuídos</td></tr>
<tr><td>transferências</td></tr>
<tr><td>(-) impostos diretos</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Renda bruta das empresas</td><td>lucros retidos</td></tr>
<tr><td>depreciação</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Renda líquida do governo</td><td>impostos diretos</td></tr>
<tr><td>(-) transferências</td></tr>
<tr><td>outras receitas correntes</td></tr>
<tr><td>impostos indiretos</td><td rowspan="2"></td></tr>
<tr><td>(-) subsídios</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Renda líquida enviada ao exterior</td><td>renda enviada ao exterior</td><td rowspan="2" colspan="2"></td></tr>
<tr><td>(-) renda recebida do exterior</td></tr>
</table>

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



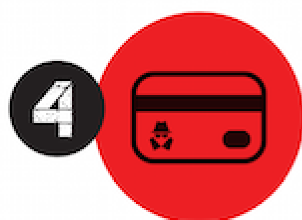
Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



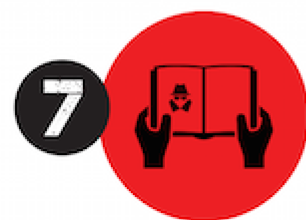
Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



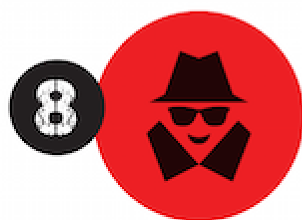
Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



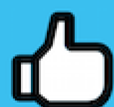
Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.